

NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÃO NA ERA FHC (1995-2002)

Daniel Gomes de Sá¹
José Roberto Franco Reis²

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir as medidas políticas adotadas no período compreendido entre os anos de 1995 e 2002, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, marcada por seu desejo explícito de deixar para trás práticas de gestão do Estado que até então prevaleciam no Brasil e, por conseguinte, pela aplicação intensa de políticas de corte neoliberal, mormente a privatização de empresas estatais. Para tanto, iniciaremos com a discussão a respeito da crise do modelo fordista e do Estado de bem-estar social e da passagem para a acumulação flexível e para o neoliberalismo. A doutrina econômica será tratada em sua história intelectual, a partir de formulações de teóricos, e em sua história concreta, com algumas ilustrações de casos das aplicações do receituário neoliberal.

Antes de tratarmos da implementação de políticas neoliberais no Brasil, falaremos da Constituição promulgada em 1988 e do momento histórico em que se dá, reconhecendo direitos ao mesmo tempo em que estes começavam a sofrer ataques e ser enfraquecidos em outros lugares do mundo. Após apresentar os governos antecessores, de Fernando Collor e Itamar Franco, entraremos na discussão da gestão de Fernando Henrique Cardo-

¹ Ex-aluno do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da EPSJV, com habilitação em Análises Clínicas (Biodiagnóstico em Saúde), entre 2004 e 2006. Desde 2007 cursa Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: daniel-de-sa@hotmail.com

² Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 2002) e professor-pesquisador do Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde (LABFORM), da EPSJV/Fiocruz. É ainda professor adjunto da Universidade Veiga de Almeida e professor colaborador do programa de mestrado em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: zeroberto@epsjv.fiocruz.br.

so no comando da economia brasileira, ainda no período Itamar, quando, através do Plano Real, deu início a seu projeto de inserção competitiva no mercado mundial, colocando o país como plataforma da valorização financeira internacional.

Tendo entendido a Era FHC como o período em que se colocou em prática, com mais intensidade e profundidade, o receituário neoliberal, o passo seguinte foi procurar descrever suas políticas de desmonte da capacidade de atuação dos mecanismos estatais. Por ser um dos eixos centrais do programa de “modernização” econômica de FHC, a política de privatizações será tratada a seguir, onde abordaremos algumas de suas contradições com o que se procurava fazer crer que ocorreria caso as estatais passassem a ser administradas pela esfera privada.

Por fim, concluímos o trabalho procurando fazer um pequeno balanço do impacto do neoliberalismo para o Brasil, para as políticas sociais e na qualidade de vida da população.

FORMULAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E PASSAGEM PARA A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A história da formulação do neoliberalismo enquanto doutrina está intimamente ligada à produção teórica do economista austríaco Friedrich Hayek³, que sempre demonstrou afeição à chamada “teoria do equilíbrio”, segundo a qual os agentes econômicos, por si só, são capazes de atingir um estado em que todos os planos de compra e venda sejam exitosos. Um dado biográfico importante de Hayek é que ele e John Maynard Keynes⁴ foram expoentes do debate, em lados opostos, a respeito da capacidade

³ Economista austríaco de pensamento liberal-conservador, responsável em grande parte pela resposta teórica às políticas intervencionistas, manifestadas principalmente no chamado Estado de bem-estar social das economias capitalistas centrais. Foi premiado com o Nobel de economia no ano de 1974 e suas concepções acerca dos papéis do Estado e do mercado na organização da vida humana tiveram grande influência nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, dentre outros.

⁴ O inglês John Maynard Keynes foi um dos mais importantes economistas do século XX. Suas teorias a respeito da configuração do Estado, suas atribuições e intervenções sobre o funcionamento da economia, foram adotadas por muitos governos no século passado, mas perderam espaço para a doutrina neoliberal a partir da década de 1970.



ou não de uma economia organizada pelo mercado de gerar *ótimo social*. Dado o embate, em um contexto de grandes problemas sociais gerados pela crise capitalista da década de 1930, acabaram por prevalecer as posições defendidas por Keynes, cujas teorias procuravam demonstrar que o mercado, deixado a si mesmo, poderia levar ao *péssimo social*, ou seja, trabalhar abaixo do nível de pleno emprego e produzir recessão, desemprego e miséria por tempo indefinido.

Segundo Paulani,

Essa talvez seja a razão maior a explicar o fato de essa recriação do liberalismo ter nascido como doutrina e não como ciência. Se não havia teoria econômica capaz de cumprir o papel ideológico que era necessário cumprir, então tratava-se simplesmente de afirmar a crença no mercado, de reforçar a profissão de fé em suas inigualáveis virtudes. E para atingir o estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade, era preciso: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade". (2006: 71)

Diante da ascensão do paradigma produtivo designado como fordismo, que se assentava sobre as bases da produção e do consumo de massa e a padronização dos produtos, criou-se a necessidade de chegar a uma nova concepção da forma, do uso e das atribuições do Estado, para atender seus requisitos. Antes disso, o capitalismo atingiu seu quase-colapso durante a década de 1930, em uma crise manifestada fundamentalmente na falta de demanda por produtos, ou seja, no consumo que não se realizava mais e, portanto, no mercado consumidor que não absorvia as mercadorias produzidas. Manifestava-se assim a necessidade de criar mecanismos para a constituição de um mercado consumidor de massa.



Os dilemas a respeito da configuração e do uso dos poderes estatais, que haviam gerado diversas tentativas de formulações de caráter político, institucional e social, em diferentes nações-Estado, foram resolvidos após 1945, momento em que o fordismo atingiu sua maturidade e iniciou-se um longo período de expansão econômica, que se estendeu dos tempos pós-guerra até aproximadamente o ano de 1973. Nesse momento, logo após a Segunda Guerra Mundial, caminhava-se decididamente na direção das intervenções estatais maciças, a fim de evitar crises como a da década anterior, e da concessão de direitos para a classe trabalhadora, inclusive para fazer frente ideologicamente ao socialismo, na polarização característica da Guerra Fria entre este tipo de sociedade e o capitalismo, cujas regulações e intervenções após o fim da Segunda Guerra Mundial produziram os chamados “anos de ouro” – período em que se registraram crescimento econômico acelerado, índices baixos de desemprego e de inflação. As políticas do Estado sofreram um direcionamento no sentido de aumento dos investimentos públicos, visando o aumento da produção e do consumo de massa, no arcabouço das estratégias formuladas e inspiradas, principalmente, nas idéias de Keynes, para atingir a estabilização do capitalismo e regulamentar as condições necessárias à reprodução do mesmo. Nos países capitalistas de economia avançada, governos de diferentes tendências ideológicas criaram condições para um crescimento estável da economia combinando administração econômica keynesiana e, a partir da orientação dos gastos públicos para áreas como seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc., o aumento dos padrões materiais de vida da população, configurando o chamado Estado de bem-estar social. (HARVEY, 1992)

Nesse quadro, a legitimação dos poderes estatais estava cada mais vinculada à sua capacidade de oferecer os benefícios do fordismo a toda população. Para a viabilidade fiscal do Estado keynesiano de bem-estar social, necessitava-se de uma constante aceleração da produtividade do trabalho para que houvesse continuidade dos investimentos para o fornecimento de bens coletivos. Os questionamentos ao paradigma produtivo fordista chegaram aos países do então chamado Terceiro Mundo, onde os processos de modernização em que se engajaram prometiam desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo,



mas, na prática, trouxe melhorias pouco significativas no que se refere ao padrão de vida e aos serviços públicos.

A partir de 1965 tornava-se cada vez mais clara e perceptível a incapacidade do keynesianismo e do fordismo, baseado na rigidez⁵, em conter as contradições inerentes ao capitalismo. As tentativas de amenizar essa rigidez, por sua vez, esbarravam no forte poder de organização que apresentava a classe trabalhadora. Sendo assim, o Estado de bem-estar social foi perdendo gradativamente seu respaldo, à medida que as políticas keynesianas se mostravam inflacionárias, a capacidade fiscal se encontrava estagnada e as despesas públicas cresciam. Diante do impacto econômico gerado pela profunda recessão de 1973, somada à decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de elevar brusca-mente as cotações do barril de petróleo, foi dado ensejo para que se pusesse em marcha um conjunto de movimentos que promoveram profundas mudanças no regime de acumulação, abandonando o compromisso com a rigidez tão típica do modelo fordista.

○ momento histórico em que as condições para a aplicação da doutrina neoliberal estivessem dadas ocorreu apenas ao final da década de 1970, quando ficou nítido o esgotamento do regime de acumulação fordista e das políticas keynesianas de bem-estar social, deixando aberto o caminho para a prática efetiva do que era preconizado por teóricos como Hayek. As décadas de 1970 e 1980 presenciaram um processo de reajustamento social e político, com novas experiências nos domínios da organização industrial (novos programas de gestão da produção) e da regulamentação social (reorganização do trabalho) e política. Assim se deu a passagem para o novo regime de acumulação, que se apoiaria na flexibilidade dos processos e do mercado de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Com o incremento possibilitado pelo aporte tecnológico no setor de comunicações, as redes se ampliaram e caiu o custo dos transportes de mercadorias. A flexibilidade e a mobilidade características do novo regime

⁵ Método de produção idealizado pelo norte-americano Henry Ford, no início do século XX, e implantado primeiramente na indústria automobilística de sua propriedade. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagem, nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações.



de acumulação possibilitaram aos empregadores o uso de maiores pressões sobre os trabalhadores, e houve um aumento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, em detrimento do emprego regular (HARVEY, 1992).

Essas mudanças foram acompanhadas e, em parte, promovidas, pela ascensão política de um agressivo neoconservadorismo, em especial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Desse modo, é comum entender as vitórias de Margaret Thatcher, eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha em 1979, e de Ronald Reagan, eleito presidente dos Estados Unidos em 1980, como um sinal claro de ruptura política com o período do pós-guerra. A crise compreendida entre 1973 e 1975 demonstrou a necessidade econômica de mudanças no regime de acumulação, e esta foi levada a um âmbito governamental, principalmente, pelos dois políticos já citados. Iniciou-se deste modo a aplicação prática de medidas que viriam a alterar drasticamente a capacidade de intervenção estatal e, segundo a imagem ideológica amplamente disseminada, consistia em fortes doses de remédios não-palatáveis (a austeridade no combate à inflação de Thatcher obteve sucesso, porém a taxa de desemprego foi triplicada em sua gestão), administrados por governos fortes para restaurar a saúde de economias moribundas.

A volatilidade e o imediatismo inerentes ao capital financeiro fazem com que este funcione adequadamente somente quando possua liberdade de ir e vir e não precise lidar com uma série de normas e regras nas quais seja necessário se enquadrar e, assim, seus movimentos sejam limitados. A crise recessiva e o aumento dos juros adotado em praticamente todos os países capitalistas de economia avançada levaram a um endurecimento, por parte de empresários e governos, com a classe trabalhadora. Houve redução dos salários reais e estratégias visando enfraquecer as organizações sindicais. Especialmente na Europa, onde o Estado de bem-estar social havia atingido níveis de avanço substantivos, as mudanças representaram um forte ataque às conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora. (PAULANI, 2006)

Depois de eleita, na busca de soluções para os problemas econômicos de sua época, Margaret Thatcher fez a descoberta política do neoliberalismo.

ralismo, percebendo que seu discurso representava as práticas adequadas à nova fase capitalista que se iniciava, ao contrário do keynesianismo, que não servia mais; e voltou-se para suas recomendações. Ao lado de Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado que, ao invés da busca pelo bem-estar social, passaria a trabalhar pelas corporações empresariais. O discurso construído para fazer vitoriosa a marcha do neoliberalismo baseou-se em culpar o suposto gigantismo do Estado, suas intervenções na economia e os benefícios de que gozavam os trabalhadores pela crise. Desse modo, a redução do espaço institucional de ação estatal representaria a vitória do setor privado, regido pela lógica do mercado, retornando, segundo seus ideólogos, ao lugar que era seu de direito.

Entretanto, a gestão do Estado sob o ponto de vista do neoliberalismo, que pressupõe conduzi-lo tal qual se conduz um negócio, apresenta grandes contradições. A verificação prática desse tipo de atuação no setor público é exatamente oposta àquela do setor privado, pois ao invés de acumulação de recursos e da reprodução ampliada do “capital público”, observa-se a dilapidação dos recursos do Estado, o encolhimento de seu tamanho e o atrofiamento do espaço econômico da esfera pública.

A face do sistema produtivo foi profundamente alterada, procurando garantir ao capital a flexibilidade de que necessitava para aproveitar as oportunidades de acumulação, onde quer que se encontrassem (no setor produtivo, no setor financeiro, nos negócios de Estado). No modelo fordista que marcou a fase anterior dos processos de acumulação, as fórmulas rígidas sobre as quais este se assentava se mostraram incompatíveis com o ambiente de acumulação em permanente ebulição. Assim, este novo capítulo da história capitalista ficou conhecido como “regime de acumulação flexível”, e guarda relação direta com o fortalecimento do discurso neoliberal, bem como com a realização das práticas por ele prescritas.

PRIMEIROS PASSOS DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, nas palavras do presidente da Assembléia Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, era



uma “Constituição cidadã”. A denominação se justifica pelo fato de ali se encontrarem reconhecidos direitos que a ditadura militar havia cassado. O interessante é observar que, de certa forma, o Brasil caminhou, em relação ao continente e a muitos outros países, na contramão da hegemonia neoliberal⁶, que avançava no sentido de excluir direitos, preconizando a redução do papel do Estado nas atividades econômicas. Porém, a tendência neoliberal logo viria a se manifestar na forma de um forte movimento de oposição à Constituição de 88, culpando-a pela “ingovernabilidade” do país, ainda durante a gestão de José Sarney⁷, que havia assumido a presidência após a morte do presidente eleito indiretamente Tancredo Neves. O governo brasileiro deixava claro que os direitos ali estabelecidos não seriam assegurados pelo Estado, e restariam duas alternativas: fazer um projeto de transformação do Estado para que pudesse garantir os direitos à população ou mudar a Constituição para que esta passasse a atender o comprometimento do Estado com o pagamento da dívida externa, com as regras impostas pelo mercado e com o suposto “equilíbrio” das contas públicas, isto é, tolhendo a capacidade de investimento social do poder público. A postura dos governos da década de 1990 trataria de deixar bem claro qual foi a opção escolhida.

Procurando fortalecer o discurso neoliberal e viabilizar a aplicação prática de seu receituário, no Brasil, em inícios da década de 1990, foi amplamente veiculado que o país não poderia deixar passar o bonde da história, ou seja, não restaria outra saída senão adotar medidas liberalizantes, procurando garantir inserção no mundo globalizado, através do comércio exterior. Deste modo, a partir da realização de “modernizações” e da aber-

⁶ Além de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980), podem ser destacadas a implementação do projeto neoliberal com Helmut Kohl, da Alemanha (1982). Na América Latina, o pioneirismo foi do Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973), e da Argentina dos generais e do ministro Martinez de Hoz (1976). Seguiram-se no continente experiências similares, como a implementação na Bolívia do receituário formulado por Jeffrey Sachs (1985); o governo de Salinas de Gortari no México (1988); novamente a Argentina, desta vez com Carlos Menem (1989); a Venezuela sob o comando de Carlos Andrés Pérez e o Peru governado por Alberto Fujimori (1990).

⁷ Foi já no período da presidência de Sarney que se esboçaram os primeiros movimentos no sentido de desmontar o ainda embrionário Estado de bem-estar social brasileiro, com a extinção, em 1986, do Banco Nacional de Habitação (BNH) – criado em 1964 a partir das experiências habitacionais levadas a cabo pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP’s) e pela Fundação Casa Popular (FCP). Surgidas no contexto das políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, estas iniciativas denotam um tipo de prática de gestão do estado que FHC desejava expressamente superar.



tura da economia, ocorreria um choque de produtividade que acarretaria, inclusive, uma melhor distribuição de renda. Porém, o papel que caberia ao Brasil desempenhar na nova divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo, como a história posterior demonstraria, seria o de produtor de mercadorias de baixo valor agregado, sustentado, principalmente, na exploração da mais-valia absoluta, já que o baixíssimo custo da mão-de-obra acaba configurando uma vantagem comparativa.

O projeto neoliberal começou a fincar raízes e a se apresentar em âmbito governamental no processo eleitoral que culminou com a vitória de Fernando Collor de Mello, derrotando Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Durante sua campanha, Collor advogou austeridade para com os gastos públicos, por trás da retórica moralista da “caça aos marajás”, responsabilizando os servidores públicos pela crise financeira do Estado. Posteriormente, chegou a comparar o número de vezes em que a Constituição mencionava *direitos* e *deveres*, procurando demonstrar que o texto era demasiado permissivo e, para que o Estado recuperasse sua capacidade de governar, era essencial que certos direitos fossem cassados. A partir de sua eleição, pois, estabeleceu-se uma agenda de transformações que ele próprio não concretizaria plenamente, visto que sofreu um processo de *impeachment* e foi obrigado a deixar o cargo que ocupava (SADER, 1999).

Foi durante o governo de Itamar Franco (1992-1994) que Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi alçado ao comando do Ministério da Fazenda e pôs em prática o Plano Real. Ainda que vendido como apenas um plano de estabilização econômica que se fazia necessário em virtude das altas taxas de inflação que se registravam, em verdade, se tomarmos o período em que FHC ocupou a presidência, constataremos que o Real deu a tônica de toda a economia brasileira ao longo da década de 1990 e inaugurou um novo período na história política do país.

Em uma campanha eleitoral iniciada particularmente cedo, em razão do caráter de transitoriedade do governo Itamar, os principais candidatos que se apresentaram para a disputa foram FHC e, novamente, Lula. A candidatura da oposição vivia um dilema: negar os efeitos do plano de



estabilização e assim se chocar com o sentimento de grande maioria da população e as evidências imediatas; ou aceitá-lo e reconhecer os méritos de seus arquitetos. Embalada pela euforia dos efeitos sentidos com o controle da inflação e baseada em cinco metas na área social (emprego, segurança, saúde, agricultura e educação), a candidatura do PSDB ultrapassou Lula nas pesquisas de intenção de voto e sagrou-se vitoriosa, dando início, em 1995, ano da posse de FHC, à execução de seu projeto “modernizante” para o país e suas instituições, que tomou forma de um ousado plano de abertura econômica e de privatização das empresas estatais. (SADER, 1999)

A verdade é que o Plano Real representava muito mais que uma proposta para sanar os problemas decorrentes da inflação, tais como a desestruturação das cadeias produtivas, o elevado imposto inflacionário (que afetava especialmente as classes de renda menor), além da desestruturação da capacidade fiscal do Estado. Uma análise mais crítica nos permite observar que o plano serviu também para que o país pudesse funcionar como plataforma da valorização financeira internacional e abriu caminho para várias mudanças que teriam curso durante o governo FHC.

O lançamento do plano se deu em julho de 1994 e seus efeitos repercutiram rapidamente, com a redução da inflação de mais de 30% para menos de 10%, em apenas três meses. Porém, algum tempo depois vieram à tona vários efeitos negativos. A moeda brasileira encontrava-se artificialmente com alta cotação, causando dificuldades para as exportações, tornando os preços dos produtos muito elevados e fazendo com que o Brasil perdesse espaço no comércio internacional. O resultado foi um grande déficit na balança comercial, com a fixação de taxas de juros muito elevadas, o financiamento do consumo e dos investimentos dificultado e, por conseguinte, a expansão econômica prejudicada; ademais, como a mesma taxa de juros fixada pelo governo incidiria no pagamento de sua própria dívida, ao contrário do que faziam crer os formuladores do Real, a dívida pública aumentou.



FHC E O PLANO REAL

Durante seu primeiro mandato, FHC teve sua popularidade apoiada no êxito inicial do plano econômico que formulou, que trouxe a elevação do poder aquisitivo das camadas populares e do aumento da variedade de produtos disponíveis para o consumo popular. As reformas constitucionais que se planejava fazer, como a da Administração Pública e da Previdência, que de acordo com o governo permitiriam a superação do déficit público, possibilitaram a redução do papel do Estado na economia, baixando os gastos destinados ao funcionalismo público, aposentados e serviços considerados não essenciais, e aceleraram as privatizações. Argumentou-se que não havia recursos para que o governo investisse nas empresas rentáveis e que as não-rentáveis, mesmo aquelas com clara e importante função social, eram um peso para o orçamento público. Assim pode ser entendida a campanha sistemática do governo contra o que chamou de “interesses corporativos” dos trabalhadores, especialmente servidores públicos, por cujas reivindicações a massa da população arcaria com o custeio. A má qualidade da prestação de alguns serviços por setores públicos colaborou para fazer repercutir junto à opinião pública a campanha de desqualificação dos serviços do Estado e de seus servidores. Tudo que se tratava de setor público foi alvejado pela campanha de desqualificação.

Também foi tratada com grande importância durante o governo FHC a questão do saneamento do sistema bancário, posto que dentro da lógica de atribuir hegemonia ao capital financeiro era um dos pilares da nova política econômica. Com esse fim, foram investidos mais de 40 bilhões de dólares no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que incluiu fusões entre instituições, centralizando ainda mais o sistema bancário.

Entretanto, comparativamente a outros países da América Latina, o processo de implementação do modelo neoliberal se deu com relativo atraso. O ambiente criado com o fim da ditadura de reivindicação de direitos sociais (represados por tanto tempo) representou um obstáculo ao neoliberalismo, que pressupõe exatamente o oposto. O naufrágio do governo Collor deixou para FHC a incumbência de executar com mais pro-



fundidade as políticas de desregulamentação, e a implantação das ideias de defesa do mercado contidas no programa do então candidato teve de ser adiada, devido à crise especulativa por que passava o México, concomitantemente à implantação do Plano Real. A economia mexicana, integrada à vizinha norte-americana através do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em Inglês), passava por sérias dificuldades em razão da desigualdade no nível de desenvolvimento entre ambas. Receoso em realizar mudanças no câmbio que pudessem levar a uma reprodução no Brasil da situação mexicana, FHC procurou manter sob controle do governo a estabilidade monetária, seu maior trunfo.

Em um esforço para coibir a utilização eleitoral da máquina do Estado, as constituições brasileiras sempre apresentaram dispositivos que impediam aos governantes se reelegerem. O mesmo ocorreu com a Constituição de 1988, porém uma emenda constitucional tornou possível para FHC ser novamente candidato ao fim de seu primeiro mandato, o que era indispensável para a manutenção no poder das elites que governavam desde o advento do Plano Real⁸. As negociações para a aprovação da emenda da reeleição foram marcadas por denúncias de que o governo comprara votos de parlamentares de sua base aliada, prática clientelista que FHC havia se comprometido em combater.

No mesmo momento, a situação econômica mundial sinalizava um desgaste, com a economia internacional entrando em período de longa crise, a partir da recessão que foi iniciada nos países do Sudeste Asiático, em meados de 1997, se espalhando pelas economias dos chamados Tigres Asiáticos, até então considerados os principais motores do crescimento econômico mundial, passando pela Rússia e, finalmente, chegando ao Brasil.

A crise econômica vivida pelo Brasil em 1999 tem sua origem nas armadilhas contidas no Plano Real, e não desmontadas pelo governo, e na mudança da situação internacional, não se tratando de uma crise repenti-

⁸ Tendo em vista a manutenção no poder e, portanto, a continuidade da implantação dos ajustes econômicos neoliberais, FHC e seu partido, o PSDB, costuraram uma aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL), de Antonio Carlos Magalhães, que cedeu o nome de Marco Maciel para vice-presidente nas eleições de 1994 e 1998.



na e inesperada, pois foi formada ao longo do tempo e veio à tona somente quando os problemas contidos no plano já haviam adquirido grande importância. De acordo com o ponto de vista de FHC e de sua equipe, a gestação da crise se deu pelos processos de globalização, fora do país, devido à instabilidade que os capitais especulativos produziram nas economias, principalmente as periféricas. Mas foi o mesmo FHC quem defendeu a globalização, segundo ele “um novo Renascimento”, capaz de promover maior integração e aproximação entre os países e do qual o Brasil não poderia deixar de se fazer parte. Sendo assim, suas políticas tratavam de fazer com que o Brasil atendesse aos requisitos exigidos para ingressar no processo de globalização, caso contrário ficaríamos à margem das transformações pelas quais passava o mundo ao final do século XX. Portanto, se fazia necessário abrir a economia brasileira para a entrada de capitais e de mercadorias, diminuir a participação e o papel do Estado na economia, reduzir as regulamentações e privatizar empresas para atrair capitais externos, tendo em vista o estabelecimento de um clima favorável aos investimentos, especialmente aqueles provenientes da esfera privada e do exterior.

O comportamento do governo FHC denotava sua percepção de que o Brasil estava diante de uma situação inexorável, e por isso deveria se preparar para encontrar seu lugar e se situar no novo mundo. Esse tipo de política teve suas conseqüências para o país, uma delas sendo a diminuição do número de trabalhadores empregados na economia formal, implicando no fato da maioria dos brasileiros sequer possuir carteira de trabalho assinada, privados de qualquer vínculo que lhes garantisse direitos formais.

A redefinição do papel do Brasil na economia internacional foi transformada rapidamente a partir de 1994. Os efeitos dessa política sobre a preservação do nível de emprego, na manutenção da balança comercial equilibrada, e na capacidade da economia de suportar a competição externa foram duramente sentidos. As condições em que se deu o processo de estabilização monetária fizeram com que a economia brasileira fosse debilitada de tal modo que se tornou incapaz de resistir aos impactos externos. Quanto aos efeitos da abertura econômica, acreditava-se que fossem



passageiros e se encerrariam quando o país recuperasse sua capacidade de competir, exportar e gerar empregos. Porém, a fragilidade da economia brasileira diante da pressão externa se tornou permanente. O país passou de uma situação de uma das mais competitivas economias para uma de balanço comercial e de pagamentos deficitária, devido à valorização artificial da moeda brasileira, que acarretava o encarecimento dos produtos brasileiros no exterior e o barateamento dos produtos importados. A opção do Brasil foi por uma política econômica que implicava dependência do capital financeiro atraído ao país pelas altas taxas de juros aqui praticadas, visando sua reinserção no mercado internacional.

A crise internacional que se manifestara primeiramente no Sudeste Asiático no ano de 1997 fez com que, dado o temor generalizado que a economia brasileira seria o próximo alvo da crise, o governo lançasse um pacote de mecanismos, tendo em vista a redução do déficit público e a elevação da já tão elevada taxa de juros. As medidas adotadas pelo governo logo perderam efeito e os investidores, donos do capital especulativo, passaram a desconfiar de uma possível desvalorização do real e passaram a preferir realizar seus investimentos em economias que lhe trariam menores retornos, mas por outro lado também menos riscos. Desse modo, a partir do início do ano de 1999, ocorre uma forte aceleração no fluxo de saída de capitais, baixando rapidamente as reservas do país. Foi então rompido o compromisso de não desvalorizar a moeda, e os argumentos que davam sustentação a toda a política econômica de FHC foram por terra.

Em virtude da importância econômica do país e de suas trocas com outros países do continente e do mundo, a crise manifestada no Brasil representou um risco para a economia internacional. A engrenagem que fazia girar o Plano Real, a entrada constante de capitais para a obtenção de estabilidade monetária, foi desarticulada e o país entrou em um ciclo recessivo, criando uma situação bastante delicada, pois a melhoria das condições de vida da população, a geração de empregos e os desenvolvimentos industrial, agrícola e tecnológico são dependentes do crescimento econômico (SADER, 1999).

Embora o resultado da aplicação do Plano Real tenha sido a estabilização da moeda brasileira, esta se encontrava fragilizada e incapaz de ga-



rantir que não ocorresse um retorno da inflação. Soma-se ao saldo deixado pelo plano um período de melhora do poder aquisitivo da população, em especial a de menor renda, embora tenha sido fugaz e efêmero em razão da recessão, da precariedade no trabalho, dos altos índices de informalidade da economia e pelo endividamento. No bojo da plataforma de transformação do Brasil numa economia financeiramente emergente, iniciado com a estabilização monetária, tomou forma uma abertura substancial da economia e da implementação do ambicioso plano de privatização das estatais.

A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES

É no período do governo FHC que o Programa Nacional de Desestatização (PND)⁹ inicia uma nova fase, de maior fôlego e ênfase na venda do patrimônio público brasileiro. Com efeito, durante o período em questão foi criado o Conselho Nacional de Desestatização; concluiu-se o processo de alienação de empresas estatais do setor industrial; a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das mais importantes mineradoras do mundo, em vista principalmente das jazidas que explora, foi incluída na lista das privatizações; ocorreu a transferência, do setor público para o setor privado, mediante concessões de exploração, de serviços públicos essenciais, como eletricidade, transportes e telecomunicações. Além disso, o Governo Federal deu suporte às privatizações na esfera estadual. Sob a égide do “crescimento econômico auto-sustentável com estabilidade monetária”, a lógica da substituição de patrimônio por dívida reproduziu-se de forma ampliada. (SOUZA, 2003)

Além dos objetivos óbvios do PND, como a transferência para o setor privado de empresas e serviços outrora administrados pela esfera pública, como dissemos acima, incluía-se também no programa a exigência da

⁹ Programa instituído pelo governo federal ainda na gestão Collor, sob a forma da Lei nº 8.031/91. Tinha como objetivos centrais a redução da participação do Estado na economia, especialmente no setor produtivo de base; o estancamento do fluxo de recursos públicos para a realização de novos investimentos em estatais e para o financiamento de empresas estatais deficitárias; além da redução da dívida pública.



melhoria da qualidade da prestação de serviços para a população, através dos investimentos que teoricamente seriam realizados pelos novos administradores, tal como rezava a cartilha ideológica dos defensores da privatização; mas que não se verificou na prática.

Assim, entre os anos de 1995 e 1996 foram desestatizadas 19 empresas, arrecadando-se um total de US\$ 7,7 bilhões, dos quais US\$ 5,1 bilhões com as vendas propriamente ditas, e US\$ 2,6 bilhões com as dívidas que possuíam algumas estatais e que foram repassadas aos compradores.

A análise do PND na segunda metade do primeiro mandato de FHC, os anos de 1997 e 1998, requer cuidado e atenção especiais, pois o país ainda vivia a fase áurea do Plano Real, com supervalorização cambial e estabilidade dos preços. Aliás, é nesse momento de euforia que se dá a articulação política visando a aprovação, no Congresso Nacional, da emenda que asseguraria ao presidente o direito de pleitear mais quatro anos no cargo através da reeleição. Com efeito, se por um lado o PND demonstrou ser capaz de fazer com que a União absorvesse dívidas estaduais em condições suficientemente atrativas para que houvesse adesão ao ajuste fiscal, fazendo com que as privatizações passassem a englobar as três esferas de governo, é neste momento também que vai ficando claro que as receitas obtidas com o programa de desestatização não seriam suficientes para que houvesse redução significativa da dívida pública e da taxa de juros e, dessa forma, fosse aberto caminho para a retomada do crescimento econômico.

A inclusão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no PND se deu em 1996 e sua venda foi concretizada em 1997. Nesse mesmo ano foi privatizado pela primeira vez um banco público, o Banco Meridional. Também se conclui a desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFSA) e acelerou-se o processo de privatização em âmbito estadual. (SOUZA, 2003)

A Emenda Constitucional nº 8, aprovada em 15 de agosto de 1995, traz a quebra do monopólio estatal no setor de telecomunicações. Para que fosse possível fazer as privatizações nas empresas da área, foi aprovada, em julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472). Chegava-se assim, em fins de 1998, último ano do primeiro mandato de FHC, a uma situação em que o monopólio público das telecomunicações



passava a ser um oligopólio privado, com forte presença de capital estrangeiro, sobretudo espanhol e italiano. Em suma, ao longo do primeiro mandato presidencial de FHC já foi implementada com eficiência a política de redução drástica da participação direta do Estado na economia. (SOUZA, 2003)

Em finais do ano de 1998, já reeleito para seu segundo mandato presidencial, FHC enfrentou turbulências na área econômica originadas, sobretudo, nas crises asiática e russa. Em razão das movimentações dos capitais internacionais nos países emergentes e do papel de âncora cambial no programa de estabilização do Real, especulava-se que o próximo atingido diretamente pela crise seria o Brasil. De fato, o programa de estabilização foi seriamente ameaçado, com fortes especulações contra o Real, levando o governo a permitir, em 1999, a grande desvalorização monetária e a elevação da taxa básica de juros para o patamar de 45% ao ano; além de dar continuidade à política de privatizações e ao ajuste fiscal. Foi também no ano de 1998 que o PND perdeu um pouco de seu vigor nas privatizações federais, mas ganhou força nas estaduais.

Em 2000, as privatizações foram retomadas com maior ênfase pelo governo federal, destacando-se a venda pela União, no Brasil e no exterior, de ações excedentes ao controle acionário da empresa-símbolo do nacionalismo da década de 1950, a Petrobrás Petróleo Brasileiro S/A, e da privatização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa)¹⁰. Pela primeira vez foi autorizado para a aquisição de ações o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além da venda de empresas ou bens, com participação minoritária da União, foram licitadas no mesmo ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) “concessões para exploração de novos aproveitamentos hidrelétricos e de novas linhas de transmissão”. (SOUZA, 2003)

Portanto, para fechar o século XX, o Estado brasileiro aliena parte substantiva do seu capital, formado ao longo de décadas, em áreas vitais como petróleo, energia elétrica e setor financeiro. Há um claro indício de desnacionalização desses setores,

¹⁰ O Banespa havia sido, anteriormente, federalizado na renegociação da dívida do Estado de São Paulo com a União.



em vista da participação de capitais estrangeiros procedentes dos Estados Unidos, França e Espanha". (SOUZA, 2003: 9)

Do total obtido com as privatizações – cálculo feito pelo governo na forma de somar as arrecadações com as vendas e as transferências de dívidas – o valor de US\$ 105,5 bilhões, 95% do programa, se encontrava nas seguintes áreas: telecomunicações, setor que responde por 32% do total de recursos; em seguida o setor de energia elétrica, com 30%; siderurgia e mineração, ambos com 8%; petróleo e gás, com 7%; setor financeiro, com 6% e petroquímica, com 4%. (SOUZA, 2003: 10)

A venda das empresas estatais, segundo alardeavam o governo e grande parte da imprensa que o apoiava, serviria para atrair dólares para o país e assim reduzir a dívida do Brasil com o resto do mundo e garantir a estabilidade monetária. O dinheiro que se arrecadaria seria utilizado ainda para reduzir a dívida interna, ou seja, dos estados e do governo federal. Porém, o ocorrido foi exatamente o oposto: a dívida interna aumentou, já que o governo assumiu as dívidas das empresas que agora pertenciam à iniciativa privada; e com a dívida externa ocorreu o mesmo, já que as empresas que arremataram as estatais em leilões, fossem elas multinacionais ou não, geralmente não utilizavam capital próprio e recorriam a fontes no exterior para realizar empréstimos para o pagamento de seus compromissos com o governo brasileiro.

No período que antecedeu às privatizações, e com o objetivo de tornar mais fácil a concretização das mesmas, houve uma intensa campanha, tanto no governo como nos meios de comunicação, contra as estatais. Era comum serem utilizados argumentos baseados na “maior eficiência” das empresas privadas e que, portanto, haveria rápida melhora nos serviços prestados. Procurava-se também construir a imagem do setor público e de suas atividades associadas à morosidade, à lentidão e à inércia. Porém, dentre as razões para a explicação dos lucros das empresas após os leilões, já sob administração privada, pode-se citar o aumento das tarifas da telefonia pelo governo, antes da venda, quando as empresas ainda eram patrimônio público. Ocorreram reajustes de até 500%, a partir de novembro de 1995; e para as empresas do setor de fornecimento de energia elétrica, aumentos de 150%. (BIONDI, 1999)



Outro argumento amplamente utilizado para justificar a alienação das empresas estatais é que representariam prejuízos aos cofres públicos, pois não obteriam lucros e receberiam verbas que, de outro modo, poderiam ser direcionadas para áreas como saúde e educação. Argumentava-se também que uma vez transformadas em empresas privadas passariam a apresentar lucros impressionantes. Porém, as razões para a lucratividade das estatais privatizadas podem ser explicadas de maneira mais crítica. Em primeiro lugar, como já foi citado, os reajustes realizados pelo próprio governo antes dos leilões já garantiam certa margem de lucro às corporações privadas. Também antes de privatizar, o governo fez demissões em massa de trabalhadores das estatais, ou seja, teve de arcar com somas vultosas de dinheiro para o pagamento de indenizações e demais dispositivos de proteção trabalhista; responsabilidade que, na verdade, caberia aos compradores. (BIONDI, 1999)

O governo, quando divulgava os resultados do processo de privatização dizia que, além do preço da venda propriamente dita das estatais, deveriam ser levadas em conta ainda, para o cálculo da suposta lucratividade, as dívidas que certas estatais apresentavam e que foram transferidas para o comprador. Neste ponto do discurso reside uma dupla armadilha. Primeiramente porque há dívidas que foram assumidas pelo governo. Em segundo lugar, no caso das dívidas que permaneciam sob responsabilidade dos compradores, é preciso lembrar que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou a compra de vários setores administrados pelo Estado; e mais, a corporação poderia contar com o faturamento futuro da própria empresa para quitar seus débitos.

Da mesma maneira que grandes empresas privadas, as empresas estatais também mantêm planos especiais de aposentadoria ou planos de pensão para seus funcionários. Em vários casos, também desses compromissos os compradores se viram livres. Reiteradas vezes, o governo transferiu para sua folha de pagamentos os aposentados ou assumiu responsabilidade, no caso dos fundos de pensão, pelo pagamento dos benefícios aos funcionários ainda em atividade.

Um ponto que permanece bastante turvo e mal esclarecido é o das dívidas “engolidas”. Foi comum no Brasil, em um período de aproxima-



damente 30 anos, a partir do final dos anos 1960, a utilização das empresas estatais para conter as taxas de inflação ou beneficiar determinado setor da economia considerado estratégico. O governo evitava reajustes de produtos e serviços prestados pelas estatais, na tentativa de controlar a subida dos preços. Esses “achatamentos” e “congelamentos” de preços foram os principais responsáveis por prejuízos ou baixos lucros apresentados por algumas estatais, que passaram então a acumular dívidas ao longo dos anos. Esse tipo de tomada de decisão arruinava financeiramente as empresas estatais, ficando mais fácil prevalecerem argumentos de que estas eram ineficientes, incompetentes e representavam verdadeiros “sacos sem fundo”, pois atraíam para si grandes quantidades de verbas públicas. Entretanto, com a chegada das privatizações, a ação do governo foi exatamente na direção oposta. Como já foi dito, as tarifas foram reajustadas. E mais: simplesmente “engoliu” dívidas que eram das estatais, que atingiam a casa dos bilhões de reais e que deveriam ser pagos pelos compradores, transferindo-as para o Tesouro Nacional, constituído pelo dinheiro dos impostos pagos por toda a população brasileira. Assim pode ser entendido como rapidamente os compradores obtiveram lucros tão grandes, pois além das tarifas e preços aumentados e a folha salarial reduzida, ficaram livres de pagar as prestações das dívidas, bem como os juros sobre elas. Essa é a política que o governo FHC intitulou de “saneamento das estatais”, ou seja, sua preparação para que pudessem obter grandes êxitos quando estivessem sob a administração da esfera privada. (BIONDI, 1999)

Além de tudo isso, o governo ainda fez investimentos maciços nas estatais, nos meses que antecederam os leilões de venda das mesmas. Ou seja, com esses investimentos, o governo criou novas e formidáveis fontes de faturamento para os compradores. Tantas razões para o salto na lucratividade das empresas quando passaram ao controle empresarial foram simplesmente ignoradas pelos meios de comunicação, que atribuíram o fato à eficiência administrativa da iniciativa privada.

Como já foi exposto em outro momento do texto, um dos primeiros impulsos para a adoção do receituário neoliberal foi dado pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, que iniciou em seu país o processo de privatização de diversas empresas estatais. Fazendo uma análise com-



parativa, mesmo o modo com que a “dama de ferro” conduziu a venda do patrimônio público apresenta grandes discrepâncias com a forma efetuada por FHC. A experiência de Thatcher buscou, inclusive através de incentivos governamentais, “pulverizar” ações, distribuindo-as entre o maior número de acionistas possível. As mesmas tentativas de fazer com que o maior número de cidadãos fosse acionista das estatais privatizadas também foram verificadas na França e na Itália, mas no caso brasileiro as estatais foram passadas para o domínio de grandes corporações empresariais.

A política de troca da dívida pública por patrimônio, através do PND, não conseguiu atingir seus objetivos, já que não foi registrada redução nos débitos que o país apresentava. Pelo contrário, o que se verificou foi o aumento nominal no valor da dívida líquida total, que passou de R\$ 208,4 bilhões, o correspondente a 20,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em dezembro de 1995, para R\$ 881,1 bilhões, ou 55,9% do PIB em dezembro de 2002. Da mesma forma, levando-se em consideração as três esferas governamentais, a carga tributária, sobretudo para a classe trabalhadora, que representava cerca de 20% do PIB em meados da década de 1980, atingiu o patamar de 36,45% do PIB em 2002. Nos oito anos de governo FHC, de 1995 a 2002, o aumento da carga tributária foi de cerca de 1% ao ano.

Ao final da Era FHC já podiam ser contabilizadas uma década e meia de implementação de políticas públicas (ou, como é por vezes preconizado, a ausência delas) e econômicas de caráter neoliberal no Brasil. Em um cenário de globalização econômica com hegemonia do capital financeiro, fortes ajustes fiscais, as reformas patrimonial e administrativa do Estado produziram um quadro de alto nível de desocupação da força de trabalho. A taxa de desemprego média, que nas principais regiões metropolitanas do país era de 3,1% nos anos 1980, saltou para 7,1% entre 1998 e 2002.

Apesar dos resultados francamente negativos evidenciados por tais indicadores, na procura de se estabelecer um quadro comparativo com os indicadores sociais e econômicos no Brasil pré e pós-introdução de medidas de cunho neoliberal, ainda procura-se apresentar o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,737 pontos em 1990 para 0,757 em 2000, como justificativa para a eficácia das medidas adotadas.

No entanto, o avanço médio anual registrado no período compreendido entre os anos de 1975 e 1990, portanto antecedente ao neoliberalismo, foi de 4,6 pontos; enquanto que de 1990 a 2002 o avanço médio anual foi de 3,4 pontos. Assim pode-se inferir que a construção do Estado neoliberal no Brasil, ao contrário dos argumentos apresentados pelos seus ideólogos e propagadores, longe esteve de trazer os benefícios anunciados do crescimento e da melhora social do país. Em verdade, gerou justamente o contrário: aumentou a distância entre ricos e pobres, seja em nível doméstico, dentro da dinâmica das classes, seja em nível mundial, alargando o abismo que separa as economias capitalistas avançadas daquelas consideradas “em desenvolvimento”. (SOUZA, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se verificou na prática e foi demonstrado por diversos estudiosos, o modelo econômico de inserção competitiva no mercado mundial não conseguiu romper com a estagnação econômica que vivemos desde meados da década de 1980. Apesar da estabilidade monetária, no decorrer da década de 1990 a dependência externa do Brasil aumentou. Com o advento do Plano Real, as contas externas do país voltaram a ser deficitárias.

Ao mesmo tempo, registrou-se a crise do emprego, em razão do movimento de desestruturação do mercado de trabalho em curso nas duas últimas décadas do século XX. Verificou-se, além do desemprego em grande escala, o processo conhecido como desassalariamento, passando a prevalecer postos de trabalho precários e com cada vez menor parcela da população economicamente ativa ocupando postos de trabalho regulares.

Ao levar a cabo um programa de ajuste das finanças públicas, em particular se tratando das políticas sociais, a questão social passou a estar subordinada à questão econômica. Os efeitos sociais do modelo econômico trilhado pelo Brasil são perversos, pois reduzem significativamente as oportunidades de inclusão social em um país em que 1/3 da população encontra-se em situação de extrema miséria.



Com o quadro social que apresenta o Brasil e o conjunto de fatores explicitado anteriormente, pode-se dizer que as experiências políticas e econômicas do neoliberalismo fracassaram no Brasil. Em primeiro lugar, fracassou politicamente porque a transição do regime militar ditatorial para a democracia nos anos 1980, que apesar de se enquadrar nos parâmetros clássicos do liberalismo (estruturas liberais de exercício de poder e do Estado de direito, como liberdade de expressão e de organização, separação e autonomia dos poderes públicos, e regularidade dos processos eleitorais, para citar alguns exemplos) não tornou o Brasil um país verdadeiramente democrático. O poder econômico e o poder político ainda são controlados pelas mesmas forças que os controlavam à época da ditadura. Registrou-se também uma deterioração da situação social do país, com o aumento da exclusão social. A democracia que se instaurou limitou-se à recomposição de um sistema liberal de governo e exclui mais pessoas de seus direitos que antes.

O fracasso econômico do liberalismo no país é bastante nítido, com o desmonte dos mecanismos de que dispunha o Estado para a regulamentação econômica e sua substituição por um mercado internacionalizado, onde o capital financeiro conserva sua hegemonia. A capacidade de ação do Estado foi desarticulada e a competitividade da economia brasileira andou para trás. O futuro do Brasil foi seriamente comprometido pela experiência neoliberal, que deixou como legado problemas como o endividamento e as altas taxas de juros, representando sérios obstáculos à realização dos investimentos produtivos e à geração de empregos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BORTONI, Larissa; MOURA, Ronaldo de. *O mapa da corrupção no governo FHC*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CATTANI, Antonio David (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *O nó econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. *Liberalismo e Neoliberalismo: uma introdução comparativa. Primeira versão*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

PAIVA, Ângela Randolpho. *O público, o privado e a cidadania possível: a construção do espaço público brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2001.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França & NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SADER, Emir. *Que Brasil é este?: dilemas nacionais no século XXI*. São Paulo: Atual, 1999.

_____. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOUZA, Juarez de. "Críticas à construção de um Estado neoliberal no Brasil (1987-2002: 15 anos de profundas mudanças)". VII Congreso Internacional del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD) sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0047110.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

